Ibitiúva Bioenergética S.A.

Demonstrações Contábeis
Referentes ao Exercício Findo
em 31 de Dezembro de 2021 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Deloitte Touche Tohmatsu
Rua Orestes Guimarães, 538,
6º andar, salas 602, 603 e 604
89204-060 - Joinville - SC
Brasil

Tel.: + 55 (47) 3025-5155
Fax: + 55 (47) 3328-5155
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da
Ibitiúva Bioenergética S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Ibitiúva Bioenergética S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ibitiúva Bioenergética S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

© 2022. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

© 2022. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Deloitte.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Joinville, 2 de maio de 2022

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" SC

Fernando de S. Leite
Fernando de Souza Leite
Contador
CRC nº 1 PR 050422/O-3

2022CB013857

© 2022. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

IBITIÚVA BIOENERGÉTICA S.A.

Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

CNPJ N° 09.541.336/0001-36
NIRE N° 42 3 0003373-1
Endereço: Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064 - Agronômica - Florianópolis – SC – CEP 88025-255

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração de Ibitiúva Bioenergética S.A. (“Ibitiúva” ou" “Companhia”) tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. As informações estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando especificado em contrário, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) criada para construir e gerenciar o projeto e a operação da Usina Termelétrica Ibitiúva Bioenergética (”UTE Ibitiúva Bioenergética” ou “Usina”). A Usina possui capacidade instalada de 33,0 MW e garantia física de 22,9 MW médios, utilizando como combustível o bagaço resultante do processamento da cana-de-açúcar na unidade produtora de açúcar e etanol da Usina Andrade Açúcar e Álcool.

A autorização para a Usina foi outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) em favor do Consórcio Andrade (Consórcio). O Consórcio, do qual a Ibitiúva e a Andrade Açúcar e Álcool S.A. participam com 72,90% e 27,10%, respectivamente, foi criado para a implantação e operação da UTE Ibitiúva Bioenergética.

O Consórcio vendeu 20,0 MW médios de energia no primeiro leilão de energia de reserva promovido pela Aneel. O referido leilão foi realizado em 14.08.2008 e garantiu ao empreendimento a venda de energia por um período de 15 anos, a partir de abril de 2010.

A operação comercial da UTE Ibitiúva Bioenergética foi iniciada em 27.05.2010. A Usina está localizada no município de Pitangueiras (SP).

A Ibitiúva não tem empregados e sua administração é realizada pela controladora indireta ENGIE Brasil Energia S.A., que cobra os seus honorários mediante contrato de prestação de serviços e reembolso das despesas com o pessoal diretamente alocado na Usina.

2. Controle Acionário

O controle acionário da Companhia é exercido pela ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda., uma holding controlada da ENGIE Brasil Energia, que participa com 95,0% do capital integralizado da Companhia. A Andrade Açúcar e Álcool detém os demais 5,0% do capital da Ibitiúva.

Sediada em Florianópolis, a ENGIE Brasil Energia é uma plataforma de investimento em infraestrutura em energia, atuante nas atividades de geração, comercialização, *trading* e transmissão de energia. Atua ainda no segmento de transporte de gás, por meio de participação na Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG, em conjunto com outros sócios.

A Andrade Açúcar e Álcool, controlada indireta pela Tereos Internacional S.A, é proprietária de uma unidade produtora de açúcar e álcool com capacidade de processamento de três milhões de toneladas de cana-de-açúcar por ano.

3. Ambiente Macroeconômico

O segundo ano da pandemia da Covid-19 foi, em linhas gerais, marcado pela recuperação do crescimento econômico e alta inflação – uma constante observada no Brasil e no mundo. O Produto Interno Bruto (PIB) teve crescimento de 4,6%. A alta compensa o decréscimo de 4,1% observado em 2020.

A atividade econômica brasileira iniciou uma recuperação, ainda que ligeiramente abaixo da esperada. A inflação elevada, com pior resultado desde 2015, gerou impacto sobre o crescimento, com a deterioração do poder de compra das famílias. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou variação de 10,1%, enquanto o Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) registrou, no acumulado do ano, 10,2%.

As incertezas trazidas pela pandemia e seus desdobramentos também influenciaram o mercado financeiro. A taxa básica de juros (Selic) atingiu 9,2%, alta de 7,2 p.p. no exercício de 2021, enquanto o dólar (Ptax) bateu a marca de R$ 5,58 – a moeda americana estava cotada em R$ 5,19 ao fim de 2020.

4. Desempenho Operacional

Em 2021, a geração total bruta da UTE Ibitiúva Bioenergética foi de 107,0 GWh, inferior em 40,2% à geração verificada em 2020, que foi de 179,0 GWh.

O índice de disponibilidade, considerando-se as paradas programadas, atingido no ano em análise foi de 41,6%, 26,6 p.p. abaixo do verificado em 2020, ano em que registrou 68,2%.

5. Desempenho Econômico-financeiro

a) Principais indicadores (expressos em milhares de reais)

Indicadores de resultado	31.12.2021	31.12.2020	Variação (R$)	Variação %
Receita operacional líquida	37.106	34.369	2.737	8,0
Lucro bruto	24.543	10.882	13.661	125,5
Margem bruta	66,1%	31,7%		34,4 p.p
Resultado do serviço (EBIT)	24.368	10.702	13.666	127,7
EBITDA (Lajida)	32.487	18.813	13.674	72,7
Margem EBITDA (Lajida)	87,6%	54,7%		32,9 p.p
Resultado financeiro	2.778	(5.533)	8.311	(150,2)
Lucro líquido do exercício	24.902	3.542	21.360	603,0

b) Comentários sobre o desempenho econômico-financeiro

Receita operacional líquida: o crescimento decorreu, substancialmente, de ajuste do contrato anual pelo IPCA.

Lucro bruto, resultado do serviço e Ebitda: os aumentos ocorreram, substancialmente, em virtude dos custos decorrentes do acordo com a parte relacionada Tereos Açúcar e Energia Brasil S.A. em 2020.

Resultado financeiro: variação oriunda do registro, em 2020, de despesas financeiras sobre o acordo mencionado anteriormente.

Lucro líquido do exercício: aumento motivado pelos efeitos anteriormente citados, líquidos dos tributos sobre o lucro.

6. Direito dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 10% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

7. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2021.

8. Agradecimentos

A Administração da Ibitiúva agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e a todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Companhia no ano de 2021.

A Administração

IBITIÚVA BIOENERGÉTICA S.A.
CNPJ N° 09.541.336/0001-36 | NIRE N° 42 3 0003373-1
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

ATIVO			
	Nota	**31.12.2021**	**31.12.2020**
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	84.746	60.032
Contas a receber de clientes	5	3.315	3.151
Penalidades a ressarcir	6a	16.582	3.719
Outros ativos circulantes		1.421	1.190
		106.064	**68.092**
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Depósitos vinculados		-	955
Outros ativos não circulantes		131	111
		131	**1.066**
Imobilizado	**7**	**27.685**	**35.733**
Intangível	**8**	**2.433**	**189**
		30.249	**36.988**
TOTAL		**136.313**	**105.080**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

IBITIÚVA BIOENERGÉTICA S.A.
CNPJ N° 09.541.336/0001-36 | NIRE N° 42 3 0003373-1
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Nota	**31.12.2021**	**31.12.2020**
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	9	1.986	2.085
Dividendos	12	42.890	43.773
Financiamentos	11	-	311
Penalidades a pagar	6b	18.949	8.893
Outros passivos circulantes		563	524
		64.388	**55.586**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Provisão para contingência cível		139	119
		139	**119**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**12**		
Capital social		38.501	38.501
Reservas de lucros		10.874	10.874
Dividendos adicionais propostos		22.411	-
		71.786	**49.375**
TOTAL		**136.313**	**105.080**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

IBITIÚVA BIOENERGÉTICA S.A.
CNPJ N° 09.541.336/0001-36 | NIRE N° 42 3 0003373-1
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	31.12.2021	31.12.2020
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**13**	**37.106**	**34.369**
Custos da energia vendida			
Depreciação e amortização	7/8	(8.119)	(8.111)
Materiais e serviços de terceiros		(2.365)	(2.716)
Seguros		(737)	(618)
Pessoal		(417)	(548)
Encargos de uso de rede elétrica e de conexão		(382)	(327)
Penalidades		161	(10.936)
Outros		(704)	(231)
		(12.563)	**(23.487)**
LUCRO BRUTO		**24.543**	**10.882**
Despesas operacionais			
Despesas com vendas, gerais e administrativas		(175)	(180)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		**24.368**	**10.702**
Resultado financeiro			
Renda de aplicações financeiras		3.150	1.134
Juros e variação monetária sobre acordo com partes relacionadas	6	(329)	(6.900)
Juros e variação monetária sobre financiamentos	11	(1)	(153)
Outras despesas financeiras, líquidas		(42)	386
		2.778	**(5.533)**
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		**27.146**	**5.169**
Imposto de renda e contribuição social	**14**		
Corrente		(2.244)	(1.627)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**24.902**	**3.542**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

	31.12.2021	31.12.2020
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**24.902**	**3.542**
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**24.902**	**3.542**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

IBITIÚVA BIOENERGÉTICA S.A.
CNPJ N° 09.541.336/0001-36 | NIRE N° 42 3 0003373-1
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

		Capital social		Reservas de lucros				
	Nota	Capital subscrito	Capital a integralizar	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31.12.2019		**38.508**	**(7)**	**7.684**	**27.135**	**-**	**-**	**73.320**
Dividendos intermediários		-	-	-	(27.135)	-	-	(27.135)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	3.542	3.542
Destinações propostas à AGO:								
- Reserva legal		-	-	19	-	-	(19)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(352)	(352)
- Reserva de retenção de lucros		-	-	-	3.171	-	(3.171)	-
Saldos em 31.12.2020	**12**	**38.508**	**(7)**	**7.703**	**3.171**	**-**	**-**	**49.375**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	24.902	24.902
Destinações propostas à AGO:								
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(2.491)	(2.491)
- Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	22.411	(22.411)	-
Saldos em 31.12.2021	**12**	**38.508**	**(7)**	**7.703**	**3.171**	**22.411**	**-**	**71.786**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

IBITIÚVA BIOENERGÉTICA S.A.
CNPJ N° 09.541.336/0001-36 | NIRE N° 42 3 0003373-1
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

	31.12.2021	31.12.2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	**27.146**	**5.169**
Conciliação do lucro com o caixa gerado nas operações:		
Acordo com partes relacionadas	-	12.100
Depreciação e amortização	8.119	8.111
Juros e variação monetária sobre acordo com partes relacionadas	329	6.900
Outros	(6)	(335)
Lucro antes dos tributos ajustado	**35.588**	**31.945**
(Aumento) redução nos ativos		
Contas a receber de clientes	(164)	(121)
Penalidades a ressarcir	(12.863)	(1.232)
Outros ativos circulantes	(761)	(298)
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	(99)	119
Penalidades a pagar	10.056	(1)
Outros passivos	(326)	(26)
Caixa gerado pelas operações	**31.431**	**30.386**
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(1.682)	(1.289)
Pagamento de juros sobre financiamentos	(2)	(164)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**29.747**	**28.933**
Atividades de investimento		
Aplicação no imobilizado e no intangível	(2.315)	(73)
Caixa líquido das atividades de investimento	**(2.315)**	**(73)**
Atividades de financiamento		
Pagamentos de financiamentos	(310)	(4.077)
Dividendos pagos	(3.374)	-
Recebimento de mútuo entre partes relacionadas	-	2.003
Depósitos vinculados ao serviço da dívida	966	1.148
Caixa líquido das atividades de financiamento	**(2.718)**	**(926)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**24.714**	**27.934**
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial	60.032	32.098
Saldo final	84.746	60.032
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**24.714**	**27.934**
Transações que não envolvem o caixa e equivalente de caixa		
Compensação de mútuo por meio de acordo	-	(10.107)
Compensação de imposto de renda e contribuição social	(526)	(244)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Ibitiúva Bioenergética S.A. ("Ibitiúva" ou "Companhia"), constituída em 28.04.2008, é uma sociedade anônima de capital fechado, com prazo de duração indeterminado, e tem como objeto construir, operar e manter unidades de geração para produção de energia elétrica, gerar créditos de carbono, participar no capital de outras companhias, quer como acionista ou sócia, e celebrar atos de comércio decorrentes dessas atividades, com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC).

A Companhia possui participação de 72,9% no Consórcio Andrade juntamente com a Tereos Açúcar e Energia Brasil S.A. ("Tereos"), que detém 27,1%. O consórcio possui autorização para explorar a Usina Termelétrica Ibitiúva ("UTE Ibitiúva").

A Companhia não tem empregados e os seus administradores renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A administração da Companhia é conduzida pela controladora indireta, ENGIE Brasil Energia Brasil S.A. ("ENGIE"), que cobra pela prestação de serviços e solicita reembolso das despesas incorridas com pessoal diretamente dedicado às atividades da usina.

Os anos de 2020 e 2021 foram marcados pelos efeitos da pandemia da Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus, que impactou, e continua impactando, a economia mundial. Em decorrência disto, foram tomadas medidas restritivas no sentido de determinar o distanciamento social e o fechamento de estabelecimentos comerciais, além da paralisação da indústria. As restrições impostas pelo isolamento social trouxeram efeitos importantes na atividade de diversos setores, na renda das famílias e nos investimentos no país. Na medida em que a situação da pandemia foi melhorando e, com isso, as restrições às atividades econômicas gradativamente reduzidas, houve evolução em diferentes regiões e segmentos de negócios. Em 2021 e 2020, a Companhia não apurou impactos significativos decorrentes da pandemia em suas demonstrações contábeis.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional.

Essas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 02.05.2022.

a) Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) principais atividades decorrentes de autorização de longo prazo; (ii) patrimônio líquido expressivo; (iii) forte geração de caixa operacional; e (iv) série histórica de lucros nos últimos exercícios sociais. Assim, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

NOTA 3 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber de clientes

São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. São registradas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

b) Estoques

São avaliados pelo menor valor entre o custo médio ponderado de aquisição e o seu valor realizável líquido.

c) Imobilizado

São registrados ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, limitadas ao prazo de vigência do Consórcio Andrade, visto que nessa data os ativos serão transferidos de forma não onerosa à Tereos Açúcar e Energia Brasil S.A.

d) Intangível

São registrados ao custo de aquisição, reduzido da amortização acumulada apurada pelo método linear. Esses intangíveis possuem vidas úteis definidas.

e) Avaliação do valor de recuperação do imobilizado e intangível – *Impairment*

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, os bens do ativo imobilizado e do intangível com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (*impairment*) é reconhecida no resultado do exercício.

f) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são calculados pelo lucro presumido, de acordo com as bases tributárias, considerando as normas e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações contábeis.

g) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

h) Transações entre partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, e são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

i) Operações controladas em conjunto

Os ativos, passivos, receitas e despesas relativos à participação no Consórcio Andrade são reconhecidos diretamente nas demonstrações contábeis da Companhia, na proporção de sua participação, não se fazendo necessário, portanto, nenhum procedimento de consolidação dessas operações.

j) Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente, simultaneamente, recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia, consequentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

k) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas relativas: (i) à vida útil do imobilizado e intangível; e ao (ii) ao teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração.

l) Novas normas, alterações e interpretações

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 01.01.2021. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Data publicação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 17			
Pronunciamentos Técnicos CPC 06 (R2) – Arrendamentos, CPC 11 – Contratos de seguro, CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação e CPC 48 – Instrumentos financeiros.	11.02.2021	01.01.2021	Sem impactos relevantes
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 18			
Pronunciamentos Técnicos CPC 06 (R2) - Arrendamentos - Benefícios relacionados à Covid-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento – prorrogação.	11.06.2021	Vigência estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem.	Sem impactos relevantes

m) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

A partir de 01.01.2022, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

Revisão e Normas impactadas	Data publicação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 19			
Pronunciamentos Técnicos CPC 15 (R1) – Combinação de negócios, CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, CPC 27 – Ativo imobilizado, CPC 29 – Ativo biológico e produto agrícola, CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade e CPC 48 – Instrumentos financeiros.	01.10.2021	01.01.2022	Sem impactos relevantes
Pronunciamento Técnico CPC nº 50			
Este Pronunciamento vem substituir a norma atualmente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11).	07.05.2021	01.01.2023	Não aplicável à Companhia

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2021	31.12.2020
Caixa e depósitos bancários à vista	84	437
Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa	84.662	59.595
	84.746	**60.032**

A Companhia é participante do Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa de sua controladora indireta, ENGIE, concentrando suas aplicações financeiras neste fundo. As operações realizadas pelo fundo possuem liquidez imediata, são remuneradas pela Selic e estão lastreadas em títulos públicos federais. A rentabilidade média do fundo nos anos de 2021 e de 2020 foi de cerca de 99,0% e 98,7% do CDI (taxa referencial dos Certificados de Depósitos Interbancários), respectivamente.

NOTA 5 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Em 31.12.2021, o saldo de R$ 3.315 (R$ 3.151 em 31.12.2020) refere-se aos valores vincendos a receber da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), decorrentes da venda de energia no âmbito do leilão de reserva. Os valores faturados mensalmente são recebidos em parcelas iguais no prazo de 20, 30 e 40 dias após o mês de competência do faturamento.

Em 31.12.2021 e 31.12.2020 não havia valores a receber vencidos.

NOTA 6 - PENALIDADES A RESSARCIR E A PAGAR

a) Penalidades a ressarcir

Referem-se ao montante líquido a receber da Tereos pelo ressarcimento da indisponibilidade do fornecimento de energia, motivada por insuficiência de fornecimento de insumo, que resultou em geração de energia em quantidade aquém do estabelecido no Contrato de Energia de Reserva (CER).

Conforme o contrato de Consórcio, na hipótese do empreendimento deixar de fornecer a quantidade de energia elétrica devida nos termos do CER, as partes responsáveis deverão ressarcir as penalidades eventualmente aplicadas ao Consórcio ou à Ibitiúva pela indisponibilidade de energia elétrica.

O montante de R$ 16.582 (R$ 3.719 em 31.12.2020) corresponde a estimativa dos montantes que a Companhia tem a receber da Tereos em decorrência da insuficiência de fornecimento de insumo.

b) Penalidades a pagar

O montante de R$ 18.949, em 31.12.2021, corresponde a estimativa do valor devido à CCEE, decorrente da insuficiência de geração. A quitação desse montante ocorre no mês de abril do ano subsequente à insuficiência e registrada no passivo circulante.

Já o montante apresentado em 31.12.2020, no valor de R$ 8.893, decorre, substancialmente, de valores a pagar à Tereos em função de acordo firmado entre as partes no ano de 2020, no qual a Ibitiúva se responsabilizou por alegada alteração de performance do turbo-gerador, uma vez que a Companhia é a responsável pela operação e manutenção de tal equipamento. A alteração na performance do turbo-gerador teria resultado em: (i) diferenças no consumo de bagaço de cana; e (ii) alterações no custo de O&M da Tereos, uma vez que esta necessitaria operar a usina por mais tempo para atender o contrato de compra e venda de energia da UTE Ibitiúva. O acordo totalizou o montante de R$ 19.000, dos quais R$ 12.100 foram contabilizados no resultado operacional e R$ 6.900 no resultado financeiro, por se tratarem de juros e atualização monetária. Parte desse valor, R$ 10.107, foi compensado com o saldo do mútuo entre partes relacionadas na data do acordo, e o saldo remanescente foi quitado em 2021.

NOTA 7 - IMOBILIZADO

a) Composição

		31.12.2021			31.12.2020
	Taxa média de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Máquinas e equipamentos	7,9%	92.080	(67.313)	24.767	31.980
Edificações e benfeitorias	6,8%	11.674	(8.790)	2.884	3.728
Móveis e utensílios	6,3%	77	(58)	19	25
		103.831	**(76.161)**	**27.670**	**35.733**
Em curso		**15**	**-**	**15**	**-**
		103.846	**(76.161)**	**27.685**	**35.733**

b) Mutação do ativo imobilizado

	Máquinas e equipamentos	Edificações e benfeitorias	Móveis e utensílios	Em curso	Total
Saldos em 31.12.2019	**39.128**	**4.573**	**32**	**-**	**43.733**
Ingressos	-	-	-	73	73
Transferências	119	(47)	1	(73)	-
Baixas	(6)	-	-	-	(6)
Depreciação	(7.261)	(798)	(8)	-	(8.067)
Saldos em 31.12.2020	**31.980**	**3.728**	**25**	**-**	**35.733**
Ingressos	-	-	-	28	28
Transferências	58	(47)	2	(13)	-
Depreciação	(7.271)	(797)	(8)	-	(8.076)
Saldos em 31.12.2021	**24.767**	**2.884**	**19**	**15**	**27.685**

c) Autorização do Órgão Regulador

O Consórcio Andrade é detentor da autorização para geração de energia elétrica da UTE Ibitiúva, com vigência até abril de 2030.

NOTA 8 - INTANGÍVEL

a) Composição

		31.12.2021			31.12.2020
	Taxa média de amortização	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Direito de extensão de consórcio	-	2.287	-	2.287	-
Direito de uso de servidão	7,5%	569	(423)	146	189
		2.856	**(423)**	**2.433**	**189**

b) Mutação do ativo intangível

	Direito de extensão de consórcio	Direito de uso de servidão	Total
Saldos em 31.12.2019	**-**	**233**	**233**
Amortização	-	(44)	(44)
Saldos em 31.12.2020	**-**	**189**	**189**
Ingressos	2.287	-	2.287
Amortização	-	(43)	(43)
Saldos em 31.12.2021	**2.287**	**146**	**2.433**

c) Direito de extensão de consórcio

Em 2021, por meio de aditivo ao acordo firmado entre a Ibitiúva e a Tereos, descrito na Nota 6 – Penalidades a ressarcir e a pagar, determinou-se que, a partir de 01.01.2021, na hipótese de o empreendimento entregar energia inferior a 100% do contratado por motivos atribuíveis à Tereos, o percentual entre 95% e 100% deverá ser ressarcido mediante extensão do prazo de consórcio, o qual tem vigência até 28.02.2025. A extensão será vigente até a compensação da totalidade do montante.

NOTA 9 - FORNECEDORES

	31.12.2021	31.12.2020
Fornecedores de imobilizado	1.853	1.853
Fornecedores de materiais e serviços	86	186
Encargos de uso da rede elétrica	43	36
Outros	4	10
	1.986	**2.085**

Do montante total devido a fornecedores de imobilizado, R$ 1.467 refere-se a saldo cujo pagamento foi retido, em virtude de discussão judicial. A Companhia aguarda o trânsito em julgado da ação para liberação do montante. Os demais valores apresentados na rubrica "Fornecedores de imobilizado" correspondem a outras pendências contratuais.

NOTA 10 - GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos da ENGIE, sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia e as aplicações financeiras. O histórico de perdas na Companhia em decorrência de dificuldade apresentada por bancos e clientes em honrar os seus compromissos é praticamente nulo.

Nas operações relacionadas à venda de energia, não há histórico de perdas por inadimplência relevante nas operações da Companhia.

No que tange à aplicação no mercado financeiro, os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2021, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária. De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

b) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

O caráter gerador de caixa da Companhia e a pouca volatilidade nos recebimentos e nas obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, garantem à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo seu risco de liquidez.

c) Categoria dos instrumentos financeiros

	31.12.2021	31.12.2020
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	84.662	59.595
Custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	84	437
Contas a receber de clientes	3.315	3.151
Penalidades a ressarcir	16.582	3.719
Depósitos vinculados	-	955
	104.643	**67.857**
Passivos financeiros		
Custo amortizado		
Fornecedores	1.986	2.085
Penalidades a pagar	18.949	8.893
Financiamentos	-	311
	20.935	**11.289**

As aplicações financeiras estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

NOTA 11 - FINANCIAMENTOS

Mutação dos financiamentos

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31.12.2019	**4.089**	**310**	**4.399**
Juros e variação monetária	153	-	153
Transferências	310	(310)	-
Amortização de principal	(4.077)	-	(4.077)
Amortização de juros	(164)	-	(164)
Saldos em 31.12.2020	**311**	**-**	**311**
Juros e variação monetária	1	-	1
Amortização de principal	(310)	-	(310)
Amortização de juros	(2)	-	(2)
Saldos em 31.12.2021	**-**	**-**	**-**

Em 15.01.2021, a Companhia realizou a liquidação integral dos empréstimos contratados, no montante total de R$ 312.

NOTA 12 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social subscrito da Companhia, em 31.12.2021 e 31.12.2020, era de R$ 38.501, representado por 38.508.009 ações, sem valor nominal, conforme a seguir apresentado:

	Capital social			Quantidade de ações	
Acionistas	**Subscrito**	**A integralizar**	**Integralizado**	**Subscrita**	**Integralizada**
ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda. (ECP)	36.583	(7)	36.576	36.582.609	36.575.609
Tereos Açúcar e Energia Brasil S.A.	1.925	-	1.925	1.925.400	1.925.400
	38.508	**(7)**	**38.501**	**38.508.009**	**38.501.009**

b) Reservas de lucros

A composição das reservas de lucros é demonstrada a seguir:

	31.12.2021	31.12.2020
Reserva legal	7.703	7.703
Reserva de retenção de lucros	3.171	3.171
	10.874	**10.874**

b.1) Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

b.2) Reserva de retenção de lucros

Em 31.12.2020, o valor de R$ 3.171 foi destinado a essa reserva para fazer frente aos compromissos financeiros futuros da Companhia. Não houve retenção de lucros no exercício de 2021.

c) Dividendos

	31.12.2021	31.12.2020
Base de cálculo dos dividendos ajustada		
Lucro líquido do exercício	24.902	3.542
Reserva legal	-	(19)
Lucro líquido do exercício ajustado para fins de dividendos	**24.902**	**3.523**
Dividendos mínimos obrigatórios (10%)	2.491	352
Dividendos intermediários	-	27.135
Total dos dividendos anuais	**2.491**	**27.487**
Dividendos atribuídos a:		
ECP	2.366	26.113
Tereos Açúcar e Energia Brasil S.A.	125	1.374

Adicionalmente, R$ 22.411 foram propostos como dividendos adicionais do exercício findo em 31.12.2021 e estão registrados no Patrimônio Líquido na data destas demonstrações contábeis. Esses dividendos serão deliberados na Assembleia Geral Ordinária de 2022.

c.1) Composição dos dividendos a pagar

	31.12.2021	31.12.2020
ECP	42.765	40.402
Tereos Açúcar e Energia Brasil S.A.	125	3.371
	42.890	**43.773**

c.2) Mutação dos dividendos a pagar

Saldo em 31.12.2019	**16.286**
Dividendos intermediários	27.135
Dividendos mínimos obrigatórios	352
Saldo em 31.12.2020	**43.773**
Dividendos mínimos obrigatórios	2.491
Dividendos pagos	(3.374)
Saldo em 31.12.2021	**42.890**

NOTA 13 - CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	2021	2020
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)	38.511	35.671
	38.511	**35.671**
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		
PIS e Cofins	(1.405)	(1.302)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**37.106**	**34.369**

NOTA 14 - CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO

	2021		2020	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Receita operacional bruta	**38.511**	**38.511**	**35.671**	**35.671**
% de presunção do lucro	8%	12%	8%	12%
Lucro presumido sobre receita operacional	**3.081**	**4.621**	**2.854**	**4.281**
Receita financeira	3.181	3.181	1.626	1.626
Base de cálculo	**6.262**	**7.802**	**4.480**	**5.907**
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social	**(1.566)**	**(702)**	**(1.119)**	**(532)**
Adicional de 10% sobre lucro até R$ 20 mensais	24	-	24	-
Imposto de renda e contribuição social – resultado	**(1.542)**	**(702)**	**(1.095)**	**(532)**

NOTA 15 - COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

a) Venda de energia

A Companhia vendeu no 1° Leilão de Energia de Reserva, através do Consórcio Andrade, 14,6 MW médios, correspondentes à sua participação na energia assegurada da UTE Ibitiúva Bioenergética. Em 31.12.2021, o valor das receitas líquidas futuras provenientes deste contrato totaliza R$ 125.972.

b) Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD)

A Companhia mantém contrato de uso do sistema de distribuição, cuja vigência é até a data de extinção da autorização da unidade geradora. Em 31.12.2021, o valor das obrigações futuras provenientes destes contratos totaliza R$ 4.099.

NOTA 16 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém contrato com a sua controladora indireta ENGIE, cujo objeto é a prestação de serviços administrativos e financeiros. Os valores desse contrato são reajustados anualmente pela variação do Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC).

NOTA 17 - SEGUROS

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios – *Property Damaged Business Interruption* (PDBI) do programa de seguros do Grupo ENGIE. A vigência do seguro é até 31.05.2022 e o valor de cobertura é de R$ 122.435 relativa a danos materiais e R$ 39.868 relativa a lucros cessantes.

(Nominata de assinaturas das Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2021, da Ibitiúva Bioenergética S.A.).

DIRETORIA EXECUTIVA

José Luiz Jansson Laydner
Diretor Presidente

Sergio Roberto Maes
Direto Técnico-Operacional

Paulo Roberto Keller de Negreiros
Diretor Administrativo e Financeiro

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Gabriela Kowalski Oliveira de Mattos
Contadora - CRC SC 034594/O-0